

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução .....	1
Capítulo 1 – Inquérito Civil .....	3
1.1. A regulamentação do inquérito civil no direito brasileiro .....	3
1.2. Dos princípios fundamentais da atividade investigatória do Ministério Público .....	4
1.3. Exigência de fato determinado (justa causa) .....	5
1.4. Transparência administrativa e inquérito civil .....	9
1.5. Distinção entre inquérito civil e inquérito policial .....	10
1.6. Conceito de inquérito civil .....	10
1.7. Características do inquérito civil .....	10
1.7.1. Publicidade .....	11
1.7.1.1. Direito de acesso, direito de certidão e direito de informação .....	12
1.7.1.2. Restrição à publicidade .....	14
1.7.1.3. Relacionamento entre o Promotor de Justiça e a imprensa .....	15
1.7.1.4. Advogado e sigilo .....	15
1.7.2. Inquisitorialidade .....	16
1.7.2.1. Carga valorativa da prova produzida no inquérito civil .....	18
1.7.3. Dispensabilidade .....	28
1.7.4. Exclusividade do Ministério Público .....	30
1.7.5. Proteção a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos .....	33
1.7.6. Escrito .....	37
1.8. Fases do inquérito civil .....	37
1.9. Instauração do inquérito civil .....	37
1.9.1. Modos de instauração .....	37
1.9.1.1. Instauração de ofício .....	38
1.9.1.2. Instauração por provocação .....	40

1.9.1.3. Representação.....	41
1.9.1.4. Requisitos da representação .....	42
1.9.1.5. Indeferimento da representação.....	42
1.9.1.6. Emenda à representação .....	45
1.9.1.7. Peças de informação .....	45
1.9.1.8. Informações verbais.....	46
1.9.1.9. Manifestação anônima.....	46
1.9.2. Instauração por requisição do Procurador-Geral de Justiça .....	46
1.9.3. Instauração por requisição do Conselho Superior do Ministério Público.....	47
1.10. Efeitos da instauração do inquérito civil .....	47
1.11. Prazo de conclusão do inquérito civil.....	47
1.12. Arquivamento .....	48
1.13. Procedimento preparatório de inquérito civil .....	51
1.14. Remédios contra a instauração de inquérito civil.....	54
1.15. Desarquivamento do inquérito civil .....	55
1.16. Inquérito civil e instrução probatória .....	57
1.17. Princípio do promotor natural e competência .....	60
1.17.1. Foro competente em processo civil coletivo .....	62
1.17.2. Competência territorial absoluta.....	63
1.18. Conflito de atribuição .....	65
1.18.1. Conflito de atribuições entre Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal .....	70
1.18.2. Sobreposição de atribuições .....	71
1.19. Impedimento/suspeição .....	72
Capítulo 2 – Ajuste de Conduta .....	77
2.1. O ajuste de conduta como mecanismo de acesso à justiça .....	77
2.2. Ajuste de conduta: noções gerais.....	79
2.3. Legitimados para firmar ajustamento de conduta.....	79
2.4. Características do ajuste de conduta .....	81
2.5. Direitos que poderão ser objeto de ajuste de conduta .....	84
2.6. Natureza jurídica .....	84
2.7. Procedimento após a celebração do termo de ajustamento de conduta.....	90
2.8. Reflexos da celebração do compromisso de ajustamento de conduta.....	91
2.9. Ação anulatória de termo de ajustamento de conduta .....	96
Capítulo 3 – Recomendação .....	99
3.1. Conceito.....	99
3.2. Características.....	100

Capítulo 4 – Audiência Pública como Mecanismo Legitimador das Políticas Públicas .....	103
4.1. Considerações iniciais .....	103
4.2. Conceito de políticas públicas .....	105
4.3. Ministério Público e Políticas Públicas .....	108
4.4. A questão dos medicamentos .....	110
4.5. A importância das Audiências Públicas como mecanismo legitimador das políticas públicas .....	112
Bibliografia .....	115